

**RESSENTIMENTO E REGRAS MORAIS DE CONDUTA EM UM BAIRRO POPULAR DA
CIDADE DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL***

***RESENTMENT AND MORAL RULES OF CONDUCT IN A POPULAR NEIGHBORHOOD IN THE CITY
OF JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRAZIL***

Mauro Guilherme Pinheiro Koury¹

Resumo

Esta comunicação visa discutir, através de vasto material etnográfico, as categorias de humilhação e constrangimento em processos de acusação cotidiana nas interações entre moradores de um bairro popular da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Parte do entendimento de que as regras da interação têm um caráter moral em uma situação social qualquer, e que os indivíduos nela envolvidos se sentem obrigados à manutenção dessa moralidade e ao não o fazerem ou os outros interacionais assim o suspeitarem, são tidos como desviantes e sujeitos a acusações e penalidades. Discute a questão do pertencimento como uma relação tensa cotidiana entre o ajustar-se às regras morais e a elas acomodar-se e às possibilidades de suas infrações, em busca de uma individualização em um ambiente de intensa pessoalidade. Tem como objeto de análise uma série de conflitos e a tensão permanente entre duas comunidades no interior deste bairro: a primeira, composta por moradores de áreas de riscos à margem sul do Rio Jaguaribe, e a segunda, composta pelos moradores agraciados com um local de moradia em um condomínio popular, conhecido como PA, na outra margem do rio. As estratégias de negociação, o dissenso, as acusações e ameaças de morte entre eles, e o processo de formação de ressentimento e intriga são os elementos centrais da análise.

Palavras-chave: moralidade; intriga; acusações; conflito; pessoalidade.

Artigo Científico: Recebido em 16/10/2015 – Aprovado em 03/11/2015

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Associado e docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (GREM). E-mail: maurokoury@gmail.com (autor correspondente)

* Trabalho originalmente apresentado no XI Congreso Argentino de Antropología Social, em Rosario, Argentina, no mês de Julho de 2014. GT51-Moralidades en las ciudades de la periferia.

Abstract

This paper discusses, through extensive ethnographic material, the categories of humiliation and embarrassment in processes of everyday interactions between residents of a poor neighborhood of the city of João Pessoa, Paraíba, Brazil. Part of the understanding that the rules of interaction have a moral character in a social situation whatsoever, and that the individuals involved in it feel obliged to maintain that morality and not to do or others interactional so suspect, are viewed as deviant and subject to charges and penalties. Discusses the question of belonging to a tense relationship between everyday adjust to the moral rules and they accommodate and the possibilities of their offenses, in search of an individualization in an intensely personhood environment. The article analyzes a series of conflicts and the permanent tension between two communities inside this neighborhood: the first is composed of residents of the margin risk areas south of the Jaguaribe River, and the second, composed of residents honored with a place of residence in a popular condominium, known as PA, on the other bank of the river. Trading strategies, dissent, accusations and death threats among them, and resentment formation process and intrigue are the central elements of the analysis.

Keywords: morality; intrigue; accusations; conflict; personality.

1 Introdução

Este artigo, a partir do enfoque analítico da antropologia das emoções e da antropologia da moralidade, discute as categorias de humilhação e constrangimento em processos de acusação cotidiana nas interações entre moradores de um conjunto de bairros populares fronteiriços da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Discute a questão do pertencimento como uma relação tensa cotidiana entre o ajustar-se às regras morais e a elas acomodar-se e às possibilidades de suas infrações, em busca de uma individualização em um ambiente de intensa personalidade.

Parte do entendimento de que as regras da interação têm um caráter moral em uma situação social qualquer. Os indivíduos nela envolvidos se sentem obrigados à manutenção dessa moralidade, e ao não o fazerem, ou os outros interacionais assim o suspeitarem, são tidos como desviantes e sujeitos a acusações e penalidades.

O artigo tem como objeto de análise uma série de conflitos e a tensão permanente entre os moradores de comunidades carentes presentes em bairros fronteiriços. As comunidades aqui referenciadas são compostas por moradores de áreas de risco e são aqui localizadas a partir da fronteira geográfica entre quatro bairros, onde o delimitador físico são as margens de um rio.

O Rio Jaguaribe serve, então, como uma das fronteiras que serve como um divisor entre os quatro bairros. De um lado, o bairro do Varjão, onde o

estudo foi realizado, e o bairro de Cristo Redentor, ao lado sul do rio. Do outro lado, os bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas, na margem norte do mesmo rio.

A divisão para efeito de trabalho se dá considerando a fronteira geográfica que segue o percurso do rio, contudo, neste texto, essa primeira fronteira serve apenas para demarcar e apresentar outra. Esta outra, simbólica, e demarcadora da área de conflito.

Fronteira essa que se estende para além da fronteira física e geográfica, e para além dos bairros, e se compõe de moradores de áreas de riscos à margem sul do Rio Jaguaribe, de um lado, e, do outro, por moradores agraciados com um local de moradia em um condomínio popular, conhecido como PA, na outra margem do rio, no bairro do Jaguaribe.

É sobre as relações tensas entre essas comunidades que habitam as margens do Rio Jaguaribe que este artigo discute. Os elementos centrais da análise se detêm sobre as estratégias de negociação, o dissenso, as acusações e ameaças de morte entre os moradores, a humilhação e a vergonha cotidiana, e o processo de formação de ressentimento e intriga, após a entrega das chaves do conjunto residencial. Esses elementos elencados se tornam centrais e dramáticos, principalmente, por se darem entre comunidades onde a personalidade era intensa.

2 O bairro

O bairro onde o estudo se processa é o Varjão. Varjão é o nome oficial, porém este tem um segundo nome, Rangel. Nome oficioso e que busca referenciar o bairro fora das conotações mais gerais de que é conhecido na cidade de João Pessoa, como um bairro problema e com um índice de violência que o faz sempre presente na lista dos dez bairros mais violentos da cidade.

É um bairro surgido aos poucos, em sua atual dimensão, situado entre uma reserva florestal de Mata Atlântica, a Mata do Buraquinho, e a margem esquerda do rio Jaguaribe. Sua ocupação, por outro lado, foi se dando de forma espontânea, e se tem registro de pequenas comunidades de moradores vindos do interior, expulsos pela seca do sertão do estado, vindos de outros estados fronteiriços a Paraíba, como Rio Grande do Norte e Pernambuco, ou que vieram à cidade em busca de emprego, desde os anos da década de 1920.

Estas levas de moradores, pobres, se assentavam nas terras devolutas da Mata do Buraquinho e próximas à várzea do rio Jaguaribe, bem como próximos de manguezais. Lá instalavam casas de taipa, faziam roçados, utilizavam a flora e a fauna locais, da mata e do rio: pesca, caça, bem como, material, para artesanato.

A grande Várzea do rio, bem como a Mata ao redor os protegiam da cidade, e das regras da cidade, e a cidade também pouco de preocupava com eles, já que estavam fora dos limites urbanos, embora pertencentes e próximos do Centro da cidade. Existem descrições que relembram esse tempo, e da dificuldade de se chegar e adentrar no Varjão, como era conhecido. Por sinal, muitos ainda o consideravam como Jaguaribe de Baixo, já que este bairro, tradicional da cidade, ia até a margem direita do rio Jaguaribe. Dificuldades estas associadas aos difíceis acessos à área, por barrancos profundos, muita lama da várzea, muito mato, e dos perigos da mata. Muitos relatos de antigos moradores dão conta da ausência total de infraestrutura urbana no local: falta de luz, de água encanada, de estradas e caminhos (os que existiam eram feitos pelos próprios comunitários, e mais trilhas por meio da mata do que caminhos).

Nesse momento as comunidades viviam uma relativa paz, entre a cidade, que quase os ignorava e

as comunidades, que só se preocupavam em ir à cidade por motivos de empregos (a maioria de trabalho doméstico, principalmente, mulheres). Por outro lado, havia grandes dissensões entre comunitários de vários grupos lá instalados. Brigas por delimitação de terrenos entre comunidades, por questões amorosas, por valentia, por pequenos furtos, por bebida ou por pendências outras quaisquer que resultavam em disputas e insultos morais e, muitas vezes, resultando em mortes.

Essa quase ignorância da existência das comunidades do amplo varjão pela cidade durou até finais dos anos de 1960 e toda década de setenta. Neste período a cidade passou por uma reestruturação urbana profunda. Já iniciada, é bom dizer, desde os finais dos anos de 1950, com a construção da Avenida Eptácio Pessoa, que ligava a cidade a praia.

Esta avenida inaugura a reestruturação que viria, de fato, a acontecer nos finais da década de 1970. A elite da cidade começa a sair do centro e de bairros tradicionais e a ocuparem a praia e espaços a ela próximos. Um deles, o bairro dos Estados ganha impulso, bem como as praias de Tambaú e Cabo Branco, me já nos anos oitenta, a praia de Manaira, e nos anos noventa, as praias do Bessa e Intermares, este último nos limites do município de Cabedelo, da grande João Pessoa, área hoje em disputa entre somados municípios.

Essa reestruturação iniciou não só o deslocamento da elite para novas áreas, bem como a modernização e construção de vias de acesso. A cidade, que nasceu para o rio, se volta nesse momento para o mar, provocando novos valores e comportamentos urbanos, bem como o aumento da especulação imobiliária em zonas até então tomadas por populações pobres. Provocando, também, um grande deslocamento da população pobre das áreas ocupadas por elas.

Na zona da praia se tem o deslocamento de grandes comunidades de pescadores que se veem forçados a migrarem para novas zonas, longe do mar, como para uma área chamada de São José, agora bairro, já nas encostas de morros, em áreas de risco.

Outras áreas como as da favela Beira Rio, palco de grande luta urbana entre o final dos anos de 1970 e meados dos anos de 1980, também sofreram o

impacto da reestruturação urbana por que passava João Pessoa, com grande parte de sua população deslocada para novas áreas, mais distantes do centro, e do centro-praia. O deslocamento dessa população pobre caminhou todo para a zona sul da cidade, palco de grandes projetos habitacionais populares (KOURY, 2005).

A partir de 1964, que os investimentos em moradias populares na cidade de João Pessoa auferiram significação, com a construção de conjuntos habitacionais, com recursos federais do Banco Nacional da Habitação, na zona sul e sudeste do município. Processo que se amplia entre os anos de 1970 e 1980 com a construção de vários conjuntos habitacionais dirigidos para as camadas pobres da população: como os conjuntos José Américo de Almeida, Mangabeira I, II, III, IV, Valentina de Figueiredo I e II, e Ernesto Geisel (VALE; GARCIA, 2008).

Conjuntos construídos, diga-se de passagem, a partir da remoção de grandes camadas da população pobre de áreas para onde a especulação imobiliária dirigiu o crescimento da cidade, ao mesmo tempo removendo antigas comunidades lá instaladas em formas de assentamentos precários e irregulares, normalmente não reconhecidos pelo poder público como fazendo parte da urbe, produto de ocupações ou de invasões espontâneas. Na zona norte prevalecia o investimento em moradias para uma população de maior poder aquisitivo.

A zona sul, como última fronteira de expansão da cidade, serve como cenário para ocupação da população pobre, deslocada das áreas agora nobres do espaço urbano. Houve dois formatos dessa transferência, de um lado, os cadastrados, que ocuparam os conjuntos habitacionais, e de outro, uma demanda espontânea, com o deslocamento das áreas tradicionais onde residiam: muito destes moradores começaram a ocupar a zona sul da cidade de forma alheia ao poder público.

Além desses dois formatos, continuava a ocupação desses espaços por uma demanda espontânea de pobres vindos do interior do estado. Formato que já existia e continuou. Assim, várias comunidades surgiram por toda a extensão da área da grande várzea do rio Jaguaribe, ou em áreas mais para o seu interior, entre os conjuntos habitacionais recém-instalados.

Nesse momento também se instala na zona sul o campus I da Universidade Federal da Paraíba, nos finais da década de sessenta e início dos anos de 1970. A instalação da universidade modifica também o cenário da zona sul, e, nesse momento, um grande conjunto habitacional destinado aos funcionários e professores universitários começa a ser elaborado, e ocupa o lado oeste da várzea do rio Jaguaribe, dando o atual formato do bairro Varjão, objeto dessa reflexão. Este novo conjunto habitacional, deu origem ao Bairro do Cristo Redentor, ou bairro do Cristo, como é mais conhecido na cidade. E ao sul do bairro, formando a atual fronteira sul, o bairro de Água Fria.

O bairro do Varjão, assim, tem a sua delimitação atual formalizada a partir dessa reestruturação urbana da cidade de João Pessoa nos anos de 1970, embora tenha existência e ocupação por comunidades espontâneas de homens pobres desde os anos de 1920. Ocupação que se dava através de assentamentos precários¹ em áreas periféricas da cidade. Com uma composição de fronteiras formadas pelos bairros de água fria, ao sul, do Cristo redentor, a oeste, ao norte os bairros do Jaguaribe e Cruz das Armas, e ao leste a reserva florestal da Mata do Buraquinho.

O bairro do Varjão, onde comunidades pobres se espalhavam entre a Mata e a várzea do rio Jaguaribe, e de grandes conflitos entre elas, começa a representar para a cidade de João Pessoa uma imagem de bairro problema. Nos finais dos anos de 1970, se apresenta também como um bairro importante nas lutas contra a carestia e por melhores condições de vida e de infraestrutura.

É importante frisar que um dos primeiros atos coletivos de reivindicação no bairro do Varjão, foi para a construção de um cemitério no bairro, por haver muitas mortes nas tensões e disputas internas ao bairro, e ser muito difícil o deslocamento, a pé, para o cemitério da Boa Sentença. Essa imagem de um bairro violento se consolida pela cidade, e, através das pressões do bairro do Cristo Redentor, destinado então aos moradores de classe média e servidores da universidade federal e dos segundos e terceiros escalões do governo do estado e município, cria um ambiente de tensão entre os próprios moradores no sentido de uma mudança da imagem do bairro perante a cidade.

Nesse caminho se inicia a busca pela mudança de nome, de Varjão para Rangel. O nome Rangel tem várias histórias que vão desde a uma família proprietária de todas as terras da grande várzea do rio Jaguaribe, até a de um desembargador, originário do Varjão e que conseguiu estudar e virar desembargador do estado, foi o escolhido pela população. Nome comprado pela imprensa da cidade, pelo transporte público cujas linhas para o bairro, ou que por lá trafegam, mas cuja efetivação não se deu em termos oficiais. Na lista dos bairros de João Pessoa constantes na Lei n. 1574, de 04 de setembro de 1998, da Câmara Municipal da Cidade. O Varjão continua Varjão, e Rangel, continua o nome oficioso, mas presente e que satisfaz a identificação do morador local.

Neste trabalho não se discutirá a relação tensa entre o nome oficial, que se quer modificar, o Varjão, e o oficioso, que os moradores querem como substituto no cotidiano do morador qualquer do bairro. Indico para tal o trabalho de Koury (2014), onde discute esta questão específica. Para tal, se adotará o uso dos dois nomes, como identificadores do bairro, isto é, se usará Varjão/Rangel.

3 Vida sob intensa personalidade

A ocupação da grande várzea do Rio Jaguaribe foi feita de forma espontânea através da ocupação de terras consideradas devolutas e sem valor comercial para a especulação imobiliária da cidade. Grupos de amigos e suas famílias ocupavam a área e marcavam uma espécie de território, de onde estipulavam formas de sobrevivência, relações com as outras comunidades e com a cidade. Nesta última, através e principalmente em termos de trabalho. A Mata em que estavam situados e a Várzea do rio davam o sustento básico a essas populações.

Desta forma, a ocupação da grande várzea se fez através de laços de compadrio, de amizade e através de vínculos familiares. Os novos que chegavam a essas comunidades vinham através daqueles lá já situados. O que os faziam próximos e de uma intensa sociabilidade entre eles. O que, de um lado, tornava a confiança um dos aspectos mais importantes dos vínculos sociais estabelecidos entre os moradores, e, por outro lado, esta confiança estava sempre contaminada ou minada pela extensa

proximidade e pelos laços de gratidão que envolvia os vínculos societários estreitos lá existentes.

O que ocasionava uma grande tensão no cotidiano dos moradores, e um jogo de poder a cada nova interação. Jogo movimentado pela quase ausência de um espaço privado, a visibilidade do outro estava sempre presente nas relações, bem como pela rede de fofocas que provocava determinados rumores e ruídos no processo de interação, pondo em prova a confiança, e gerando dissensões entre os de uma mesma comunidade e, principalmente, entre comunidades que se colocavam como rivais, na ocupação de espaços e no controle da grande várzea.

Prado (1998) em um artigo sobre intensa personalidade discute o "inferno" que é viver em um espaço de estreitíssimas relações, onde "todo mundo conhece todo o mundo", e "onde todos se metem na vida de todos", usando, aqui frases de narrativas de moradores do Varjão, ao relatarem o viver em comum. Por outro lado, a possibilidade da vida em comum, criou também, entre os diversos moradores de diversas comunidades na grande várzea do rio Jaguaribe, redes de proteção mútuas e solidariedade que geraram possibilidades de um viver em comum e de uma organização local que, sem ela, tudo se tornaria mais difícil.

Os dois lados de uma só moeda, a confiança gerando redes de proteção e solidariedade entre os comunitários, ao mesmo tempo em que, às vezes tornava a vida impossível pela intensa personalidade e intromissão na vida do outro, montavam o cenário de um viver tenso, de amor e ódio ao lugar e aos outros relacionais. Os relatos falam do gostar do lugar, onde se conhece a todos e se é por todos conhecido, e ao mesmo tempo odiar o lugar, onde todos controlam a vida de todos, onde a fofoca impera, onde não se tem margem de liberdade e onde se está sujeito a códigos de gratidão deveras complexos.

Essa relação de ódio e amor provocava, a todo o momento, ânsias de querer sair do lugar, ao mesmo tempo em que se quer ficar, e, também processos de estranhamento e mesmo de sentimentos de traição, por situações ocasionadas por motivos banais. Estranhamento ou sentimentos de traição que, em muitos casos, levaram a uma disputa que finalizava com morte, ou mesmo, em inimizades profundas.

Isto, principalmente, entre os jovens, que se matavam uns aos outros por qualquer motivo. O que gerava na cidade, movimentada pela imprensa, um sentimento de medo e busca de controle da situação de violência do lugar, e de que isso viesse a assumir uma conotação de descontrole e ameaça aos cidadãos. (É bom frisar, aqui, que o sentimento de cidadania da cidade não se estendia aos homens pobres, tidos como potencialmente perigosos e devendo ser controlados e cadastrados e identificados).

Este tenso movimento em uma situação de intensa pessoalidade dirigia e configurava códigos de conduta e regras de interação específica que moldava um arcabouço moral e disciplinar junto a cada comunidade bem como entre elas, e entre cada uma e todas em relação à cidade. No interior de cada comunidade, deste modo, as regras da interação obtinham aspectos de um caráter moral e serviam como plano de disciplinamento aplicado em uma situação social qualquer. Assim, os indivíduos nela envolvidos se sentiam obrigados à manutenção dessa moralidade e, ao não o fazer ou os outros interacionais assim o suspeitarem, eram tidos como desviantes e sujeitos a acusações e penalidades.

Esse quadro de amor e ódio e de relações de intensa pessoalidade e da tensão por eles provocada no cotidiano do morador comum, pode ser vista até hoje no bairro do Varjão/Rangel. É visível nas narrativas dos informantes a discussão e o referir-se de modo contínuo à questão do pertencimento ao bairro como uma relação tensa cotidiana entre o ajustar-se às regras morais e a elas acomodar-se e às possibilidades de suas infrações, em busca de uma individualização em um ambiente de intensa proximidade e relações societárias.

4 Conflito em uma instância pessoalizada

Apresento agora uma série de conflitos e a tensão permanente entre duas comunidades no interior deste bairro, originada por acusações direcionadas a um grupo de moradores agraciados com uma moradia em um conjunto habitacional, no lado direito do rio Jaguaribe. Este conjunto habitacional oficialmente Residencial Monte Cassino é conhecido pelo nome de Paulo Afonso III. Residencial construído pela prefeitura da cidade de João Pessoa com vistas à retirada de uma população ribeirinha,

de nome Comunidade Paulo Afonso III, considerada carente e em situação de risco.

O conjunto habitacional Residencial Monte Cassino, de agora em diante será tratado aqui como Comunidade Paulo Afonso III, ou simplesmente PA III, conforme é conhecido e é nominado pelos seus moradores e pelos habitantes dos arredores, em referência a antiga Comunidade Paulo Afonso existente no local.

O PA III encontra-se situado na fronteira norte do bairro do Varjão/Rangel, para além do rio Jaguaribe, ao sul do bairro do Jaguaribe. Este conjunto surge entre os anos de 2006-2010, como uma das medidas da política habitacional da prefeitura municipal de João Pessoa.

A Comunidade Paulo Afonso se espalha por uma área extensa que hoje corta os bairros de Cristo Redentor, onde se situam o PA I e o PAII; este último invade o bairro do Varjão/Rangel, como uma grande língua no seu lado oeste. O PAIII se estende da várzea do rio Jaguaribe, se instala em seu grande assentamento do lado direito do rio, no bairro do Jaguaribe, e percorre o lado esquerdo do rio, já no bairro do Varjão/Rangel.

Estes três polos de um assentamento precário tem início há um pouco mais de trinta anos atrás. Sua população é composta de moradores vindos do interior do estado da Paraíba, bem como de moradores deslocados de áreas consideradas de alto valor da terra na cidade, durante a reestruturação urbana sofrida por João Pessoa nos anos de 1970 e 1980, e que se estendeu até os anos de 1990 e prossegue nos quatorze anos do século XXI.

Os moradores dessas três áreas carentes denominadas Comunidade Paulo Afonso I, II e III, são, em sua maioria, composta de desempregados, e que desenvolvem atividades informais, como a coleta de lixo para reciclagem. Os pouco empregados, possuem empregos temporários e, as mulheres, empregos domésticos: como empregadas fixas ou diaristas, ou como lavadeiras, nos bairros mais nobres da cidade.

De acordo com moradores entrevistados, na década de 1990 teve início uma grande mobilização, a partir da Comunidade Paulo Afonso III, que envolveu não apenas os três PAs, mas, várias outras comunidades carentes dos bairros do Jaguaribe,

Varjão/Rangel e Cristo Redentor, que reivindicavam entre outras pautas, a formalização da área como espaço de moradia e regularização da ocupação, bem como a melhoria das condições de moradia e de vida.

Em 2006, enfim, a Prefeitura Municipal de João Pessoa cria o Projeto Paulo Afonso, como resposta ao movimento pela moradia, em pauta desde os anos de 1990 nas comunidades carentes dos três bairros mencionados. Movimento liderado pela Comunidade Paulo Afonso III.

A construção teve início em 2007, com a desapropriação, um ano antes, de uma área próxima ao local onde estava situado o PA III, no lado sul do bairro do Jaguaribe, próximo às margens do rio e da reserva florestal da Mata do Buraquinho. O projeto era para ser executado em 180 dias, mas, por questões técnicas e burocráticas, as casas só foram entregues no ano de 2010. Três anos depois.

Durante todo esse processo, houve cadastramento dos possíveis moradores e conversas com eles sobre preservação ambiental e educação sanitária. A resistência ao projeto continuava: de um lado, a planta do projeto parecia não estar adequada a principal forma de vida dos possíveis moradores, que trabalhavam, principalmente, com a coleta de material reciclável, depois, por outro lado, com a política de cadastramento executado pelo serviço social da secretaria da habitação da prefeitura.

Com a conclusão e entrega das moradias, houve uma grande desilusão: apenas uma parte das pessoas cadastradas foi contemplada com a posse de moradias no conjunto residencial Monte Cassino. A outra parte se sentiu enganada e acusou os moradores contemplados como manipuladores junto a políticos da relação e da ordem do cadastramento, modificando a ordem e prejudicando os demais.

A secretaria da habitação, através do seu núcleo de trabalho técnico social, nome pelo qual se designa o serviço social desta instituição, tentou apresentar justificativas técnicas e políticas para a escolha dos contemplados, alegando que a lei indicava em primeiro lugar, idosos e portadores de necessidades especiais; mulheres chefes de família e famílias com menor renda, e maior número de dependentes. A justificativa dada não foi aceita pelos demais moradores não contemplados, causando um óbito

irreversível nas relações entre o poder público e a população não contemplada.

Após protestos protocolares dos não contemplados, porém, houve um grande silêncio, que foi entendido como aceitação e conformação com o fato, e com a promessa de futuros investimentos em habitação popular pela prefeitura, que envidaria esforços para favorecer cedo ou tarde a população carente do local.

5 Silêncios e rumores

O silêncio, porém, em relação ao poder público era composto por um grande ruído, por um conjunto de rumores, por um boca a boca, preenchido por fofocas que se situavam em um lugar simbólico de estabelecimento de distancias e proximidades entre os até então aliados em uma rede de solidariedade, familiaridade, parentesco e compadrio. A fofoca é um instrumento importante no processo de desacreditar o outro e estipular um clima de tensão em uma região moral.

A noção construída por Robert Park (1979) é aqui utilizada no sentido denominado de “comunidade” por uma população assentada em um espaço territorial determinado, mas que se organizam com uma densidade pulsante de uma vida comum e dentro de regras e formas comportamentais controladas entre eles, uns aos outros, pela intensa pessoalidade em suas relações. Entendida, enfim, como um espaço moral socialmente significativo e significativo, multifacetado e multirrepresentado, onde a pessoalidade impera.

Em uma região moral, no sentido aqui utilizado, no interior da noção parkiana, o sentimento de traição se faz mais evidente, e tem o peso de insulto moral (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008). Insulto este, porém, não de todo revelado, nebuloso, mas de conotações desastrosas para as relações sociais e processos interacionais em jogo.

A fofoca gera, assim, de um lado, uma fratura nas relações pessoalizadas com possibilidades de disseminação e esgarçamento de vínculos sociais desastrosa. De outro lado, porém, cria uma situação de embaraço no jogo interacional pelo seu caráter eminentemente anônimo.

Para quem a escuta, mesmo se passe adiante as informações nela contida e se contamine com ela, quando perguntado sobre a sua origem a resposta é sempre: “sei não, é esse povo fofoqueiro. Sei que não fui eu, eu apenas escutei” (morador da comunidade Paturi, entrevistado). É sempre de evitação de ser responsável sobre a sua participação.

Normalmente, a resposta é de afastamento da cena, no sentido de, como disse uma moradora entrevistada da comunidade da Mata,

“[...] essa coisa, meu senhor, nunca se sabe não, ela corre e corre prá lá e prá cá, eu só ouço, e às vezes comento quando chega um ou outro prá conversar sobre isso. [...] Mas eu não sou acusar nem defender ninguém, apenas escuto; apenas me disseram. [...] chegam as vizinhas, chega o pessoal da igreja, chega no bar, e se conversa, eu ouço, e lá e cá tomo posição. Mas não sou fofoqueiro não, e tenho muito medo da fofoca, da língua desse povo [...]”.

Para Goffman (1985; 2010), toda a ação de um indivíduo social acontece no interior de um complexo de convenções e de pressupostos morais que organizam e servem como uma espécie de referencial ao processo de interação entre um ajuntamento social e as situações criadas em seu interior. Esse complexo de convenções morais orienta as ações dos indivíduos no jogo comunicacional, que procuram se adaptar às convenções sociais do ajuntamento que participa, tentando passar uma imagem de si próprio ajustada com a impressão que quer passar e que imagina que o outro aprovará. É o que Goffman denominará de fachada ou região frontal, onde o mecanismo de controle social está ativo e presente. A fofoca, por outro lado, tem uma origem nas áreas por trás da fachada, denominada, na linguagem goffmaniana de região dos fundos: espaço onde acontece uma diminuição dos mecanismos de autocontrole, e que pode contradizer o que um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, quer passar sobre si mesmo em termos de aceitação social. É uma ação destrutiva, em seus fundamentos, ou que busca, de forma enviesada organizar uma reestruturação das regras morais de um ajuntamento, ou de excluir determinados segmentos pela depreciação da organização social e moral de que participa.

A fofoca, assim, embora exerça um poder de controle social das relações em um ajuntamento, no sentido goffmaniano, de base de intensa personalidade, gera, também, um sentimento de desconforto pessoal de vir a ser confundido como fofoqueiro e, deste modo, o ruído provocado pela fofoca é sempre anônima e por ninguém diretamente assumido.

A fofoca tem uma capacidade, porém, de alastrar-se rapidamente e o seu poder é enorme: em pouco tempo todos sabem e tiram certo juízo dela e sobre ela. O mote da traição lançada no dissenso da distribuição das moradias do Residencial Monte Cassino, aqui, êmicamente, PA III, e o do aproveitamento da política local com a proximidade de alguns de determinados políticos, refazendo o cadastro e favorecendo alguns em relação aos demais indivíduos e famílias cadastrados, manipulando a ordem do cadastro, se dissemina para além dos diretamente envolvidos e atinge rapidamente toda a população.

Junto ao mote da traição se junta à fofoca elementos de ofensa moral aos agora moradores do Residencial Monte Cassino ou, como é conhecido, do PA III: ofensa esta de cunho comportamental. A fofoca se espalha tentando desconsiderar e diminuir, perante argumentos e agressões morais, os moradores do PA III. Eles não só traíram, mas são também pessoas sem caráter, arruaceiros, desordeiros, mulheres que não cuidam dos filhos, e coisas do gênero. Como se viu, anteriormente, no diálogo jocoso em um bar do Varjão/Rangel entre dois homens e uma mulher.

A fofoca, normalmente, desta forma, se origina e é construída a partir de uma situação que é conhecida por todos, que “todo o mundo sabe” ou já suspeitava, mas que ainda não se tinha manifestado publicamente. Situação até então velada no murmúrio, no segredo, mas, quando vem a público em uma onda de rumor provocado pela ação da fofoca, se torna um escândalo. O elemento público se deu, no caso aqui tratado, quando houve a situação de entrega das moradias do Residencial Monte Cassino, com o dissenso a partir dos que não foram contemplados e denúncia de manipulação clientelística do cadastro.

A denúncia vira um escândalo, no sentido goffmaniano (GOFFMAN, 1985; 1998; 2010; 2012),

quando em um modo de interação os envolvidos ultrapassam e até exageram o curso das relações simbólicas até então em curso, e expandem de forma invasiva as fronteiras morais, e físicas, do ajuntamento original, provocando ranhuras nas relações existentes. Nessas situações, o escândalo aumenta a quantidade e a acidez da fofoca e provocam situações que encaminham os indivíduos em jogo interacional à falência ou a fadiga moral.

A passagem da fofoca até a denúncia, que torna um determinado assunto público e a formação de um escândalo, no sentido goffmaniano, modifica o jogo comunicacional e revela o ressentimento e a vergonha cotidiana. Gera um processo, deste modo, prenhe de possibilidades de desconforto moral que levam a ampliação do dissenso, que vem normalmente acompanhado de agressões morais e, se a ruptura se amplia, podendo gerar um processo de violência física. Como é o caso dos dois grupos formalizados inimigos e rivais aqui trabalhados. Onde alguém que resida no Residencial Monte Cassino, ou aqui o PA III, não pode vir ao Varjão/Rangel e vice-versa, porque são jurados de morte.

As relações antes próximas entre os moradores azedaram, chegaram ao limite e ao ponto de ruptura: de se tornarem inexistentes, a não ser em forma de confronto direto ou indireto. Na linguagem de Goffman (1985), a fofoca serviu, no caso aqui estudado, como um canal para espalhar o ressentimento de um grupo contra o outro. Isso se fez com vazando de informações, modificando-as, manipulando-as de um indivíduo a outro, de um grupo a outro, de uma comunidade a outra, por todo o bairro, enfim, até se transformar em uma disputa entre grupos rivais. O que causou uma guerra de posições e de anulação moral e, em muitos casos, física, com ameaças de morte e a fundamentação de uma espécie de lei de fronteira, que impede que um indivíduo de uma área possa frequentar a outra e vice-versa.

Códigos de conduta que regem as posições assumidas a cada movimento, cotidianamente, de um grupo ao outro, de um indivíduo ao outro, gerando uma gama de insatisfações morais, que amplia o ressentimento, e um processo de acusação e de julgamento moral de um indivíduo ao outro e de um grupo ao outro. Toda acusação é sempre um convite ao conflito, e através dela de um julgamento

moral do outro. A polêmica nas insatisfações morais se, de um lado, podem redundar em processos de acusação e mesmo em um sentimento de exclusão do outro da relação em disputa, porém, quando conversado, com um terceiro elemento, de fora, como o pesquisador, porém, a posição geral é o de querer manter a fachada de não envolvimento direto na polêmica que gerou o dissenso e as próprias acusações de ordem moral: ou, nas palavras de um morador entrevistado, da comunidade da Mata, já próxima ao rio Jaguaribe,

“eu aqui, moço, não quero defender nem acusar ninguém, mas tenho que ficar na minha, pois aqui é o meu lugar, gostando ou não gostando, e aqui eu tenho as amizades e muitos parentes”.

Mas, em outros momentos revela os próprios sentimentos em jogo:

“[...] Eu tô com eles e vivo na minha. Não tenho nada a ver com isso, mas não me conformo como isso tudo se deu. Não resta dúvida que aconteceu um arrastai na confiança que a gente dava a eles; parecia ser todo mundo um mesmo [...]”

6 Processos de humilhação e revolta

O sentimento de traição, assim, dos que se sentiram humilhados, direta ou indiretamente, pela exclusão do benefício da moradia, e da forma que construíram para si o como se deu o processo, modificou o sentimento de ressentimento e gerou uma revolta, dos não contemplados para com os que obtiveram a chave das moradias, e de todo o morador do bairro Varjão/Rangel e das comunidades que ultrapassavam as fronteiras do bairro, como o do Cristo Redentor.

Sentimento de traição este também acompanhado de uma forte sensação de frustração e de raiva, bem como de perda do respeito pessoal, gerando uma baixa estima social e pessoal. O que fez alguns se afastarem e aparentemente se conformarem com a situação, se recusando inclusive a conversar sobre a questão, fechados em um recato explícito sobre a situação.

A maior parte, porém, transformou a raiva em uma energia dirigida aos antigos próximos. Declararam uma guerra surda sobre os contemplados

com moradias no conjunto residencial Monte Cassino, que se tornou de novo, PA, só que agora não mais visto como comunidade, mas demonizado pelo sentimento de traição.

Na fala dos moradores da proximidade da Rua Oswaldo Lemos, que margeia o lado do rio Jaguaribe no bairro do Varjão e fica de frente ao PA, este conjunto aparece como uma fonte de conflitos e tensões com o bairro. De acordo com um dos depoimentos recolhidos a origem deste conflito e a grande tensão entre os moradores das áreas carentes envolvidos na luta pela moradia surgiram:

“Foi durante a distribuição das moradias do PA. Foi quando vir um bando de gente da prefeitura que conversou muito e depois fez uma lista das famílias daqui que vivem no barraco ou próximas a ele, como as moças disseram, em situação de risco. Elas disseram que todas as famílias da barreira de um lado e do outro do rio seria transferidas para o novo PA e que ele ia se chamar de Residencial Monte Cassino. Todo mundo ficou muito empolgado, mesmo que muita coisa a gente não gostou, mas que poderia conseguir mais adiante. Todo mundo empolgado com uma casa nova e decente. Mas, o que aconteceu o senhor vai saber sim, agora: os pessoal cadastrados, um bando deles, terminou se dando mal, eles, foram trocados por outros moradores, também na mesma situação de risco, tem razão se o senhor te pensando assim, mas que, de uma forma ou de outra, tinham maior proximidade com os homens da política. E aí, quem tinha feito tudo direitinho dançou e estes últimos, que muitos nem na lista estavam foram os que pegaram as casas. Isso foi ilegal e injusto para com todos nós que eram tudo companheiros. Foi traição da grossa... E os que tinham cadastro, eheh!, esses dançaram, e foram deixados para trás.

Muitas destas famílias, assim, que antes do acontecido, eram conhecidas e mesmo amigas, após a distribuição das moradias, se tornaram estranhas umas às outras. O que gerou e continua a gerar uma série de conflitos e acusações, não só em relação à política da prefeitura e aos políticos, mas, e principalmente umas às outras.

As famílias se tornaram inimigas. Inimizade reforçada pela instalação de grupos rivais de

distribuição de drogas, nos dois lados do rio. Do lado do bairro do Jaguaribe, no PA, no lado do Varjão/Rangel, nas imediações da Oswaldo Lemos, e nas comunidades conhecidas como PA I e PA II (situado entre os bairros do Cristo Redentor, na faixa conhecida como Novo Cristo, e entrando por uma faixa do Varjão/Rangel, do lado Oeste do bairro) e as comunidades do Paturi e da Mata no Varjão/Rangel, entre outras.

As ranhuras ocasionadas pela distribuição política das moradias do PA se aprofundaram e foram reforçadas pelo estabelecimento de grupos rivais, nos dois bairros Jaguaribe e Varjão/Rangel, além do bairro do Cristo Redentor, principalmente na sua faixa conhecida como o Novo Cristo. Do lado do Varjão/Rangel, e do Cristo, os moradores do PA são considerados traidores.

A nova fronteira Varjão/Rangel/Novo Cristo - PA, assim, criou um cisma incontornável entre os grupos de moradores, antigos conhecidos e agora inimigos e rivais. Principalmente entre os grupos que se estabeleceram nas duas margens do rio e que lidam com atividades ilícitas. De certo modo, os moradores de áreas de risco do Varjão/Rangel, cadastrados pela prefeitura da cidade e sentiram humilhados pela forma clientelística em que o processo de distribuição das casas do PA se transformou, e reagiram em críticas ao processo político, mas transferiram a revolta a essa humilhação ao outro, antigo próximo, que sofreu a manipulação de políticos para conseguirem o objetivo da moradia, passando por cima da relação existente do primeiro cadastro.

De acordo com Lindner (2001) a humilhação tem sido uma força potente e danosa para a ocorrência tanto de conformação como de dissensões. No último aspecto, se um povo se sente humilhado, segundo ela, revida quando pode. Assim, a perda do respeito pessoal e social que leva ao sentimento de humilhação faz aumentar o grau de vergonha cotidiana, ressentimento, frustração, medo e raiva, tornando essas energias disponíveis e podendo ser dirigidas a alvos plausíveis, na leitura dos humilhados, a seu alcance. E, acrescento, se não diretamente a manipulação política arque são submetidos, mas em relação a outro igual que entendem como aproveitadores do processo e acusados de traição. Assim, sentimentos e emoções vividas por uma comunidade, um grupo ou um

processo de interação entre dois, três ou mais membros (SIMMEL, 1970; 2013) se pode pensar como estreitamente relacionados com o desenvolvimento de repertórios culturais distintivos conformados na situação, ou produtos de processos mais amplos de uma dada sociedade.

Para Scheff (1997; 1998), cada sociedade desenvolve uma atitude da vida diária, um mundo de vida, que a maioria de seus membros assume e toma como certo, na maioria das vezes. Esse mundo se estabelece e é vivido sem grande visibilidade na maioria das situações.

Elias (1994) e Bourdieu (1980), por seu lado, apresentam a noção de *habitus*. *Habitus* para Bourdieu é um complexo de convenções, atitudes e crenças que cada membro de um social divide com os demais membros. Processo vivido como uma experiência de compartilhamento da cultura e da sociedade com os outros relacionais, como experiência coletiva transfigurada em cada indivíduo, também, em experiência pessoal.

Elias (1997), por seu turno, fala do tempo espaço de um indivíduo no mundo social. Nesse processo, sua noção de *habitus* se refere não ao total da cultura, mas a parte que é tomada como certa e virtualmente invisível na experiência pessoal cotidiana, onde o indivíduo vivencia o presente, remonta o passado, como individual e coletivo, e se projeta para o futuro.

Goffman (2012), por sua vez, apresenta o elenco de convenções sociais presentes em uma dada sociabilidade e informa que os indivíduos, nas situações vividas no cotidiano, são conscientes dele e das regras de como se comportar em seu interior. Informa que o jogo internacional, desta forma, tenha a tendência de respeitar as normas e as regras do jogo, ou, em muitos casos, dependendo da situação, manipula-las em seu proveito. Os conceitos de salvar a face, por exemplo, dá força ao desenvolvimento de certa margem de ação individual na configuração de uma dada situação, onde o conforto ou o desconforto ganham conotações manipuláveis, não só por um ator, mas por todos em cena.

Essa atitude em relação à vida diária, o *habitus*, ou a tendência a se comportar na conformidade esperada pelo complexo de convenções e regras sociais são processos transmitidos e estimulados

desde a mais tenra infância nos indivíduos sociais pelo processo de socialização. Onde se dá o processo de inculcação e interiorização das regras, costumes e formas de comportamento social, mas, seguindo Goffman (2012), não são inconscientes, porém, conscientes em cada ato interacional entre os seus membros, e por eles jogados e manipulados. Assim, o constrangimento, bem como, os processos de humilhação faz parte do jogo cotidiano em um social. Como também, faz parte do processo de socialização, onde os indivíduos se tornam pessoas, em uma dada cultura e sociabilidade.

A humilhação, o constrangimento e o embaraço sociais, assim, são correlatos à vergonha como emoção social presente e significativa das conformações interacionais em uma situação social. No caso em estudo, assim, a humilhação como uma emoção correlata à vergonha social é vista como um aspecto central da interação e da vida sociais, dentro de repertórios sociais específicos, e principalmente, em repertórios culturais no interior de dinâmicas de estratificação e sistemas hierarquizados de desigualdade estruturada, como é o caso da cultura brasileira, de João Pessoa e dentro das relações entre iguais, como no Varjão.

É importante ressaltar que a humilhação, a vergonha cotidiana, a conformação, e o ressentimento e o conflito dela resultante reflete a percepção dos que a vivenciam, mas também reflete a percepção do sentimento de compartilhamento dessa experiência como membros de uma sociabilidade mais ampla, em termos de uma experiência de ansiedade social. Os processos de humilhação e de vergonha cotidiana, deste modo, criam, mantêm e expressam diferenças entre grupos e intragrupos e sociabilidades envolvidas, e provocam intrigas, dissensões, rupturas, sentimentos de traição, ressentimentos, injúrias morais, conflitos, e desconforto moral aos dois lados estremecidos. Provocam também conformação e sentimentos ressentidos de vitimização e abandono, transferindo a revolta aos seus iguais, que conseguiram o objetivo comum, que era um novo local mais seguro para some para a família, para a moradia.

Algumas questões se fazem necessárias para se pensar o processo de humilhação e de vergonha cotidiana. Uma delas se refere ao quando, ou em que situação as pessoas se sentem humilhadas, outra se direciona ao modo como elas vivenciam a

humilhação e a vergonha dela resultante, e suas percepções particulares sobre esse processo relacionadas à justiça, dignidade, autorrespeito e traição. Uma última questão se relacionada a como essas pessoas reagem a humilhação, e qual o papel que a agressão física ou simbólica nos processos de humilhação.

Uma narrativa, de uma menina de nove ou dez anos, moradora da rua Osvaldo Lemos, (entrevista realizada no local de uma construção aparentemente abandonada) é exemplar. Perguntou-se de quem era a construção, que se pensou tratar-se de uma quadra poliesportiva: ela deu de ombros. Disse que fecharam o local e construíram aquilo lá, mas que agora eram os bêbados e drogados da área que ficavam no local e não deixavam ninguém de aproximar. Ficavam bebendo e puxando e qualquer um que por lá chegasse, eles ameaçavam e jogavam água, etc.ⁱⁱⁱ.

Voltando as relações com o PA III, a menina falou que o monumento abandonado e protegido, por uma cerca de alumínio, antes da população se apropriar, era frequentado por uns homens mal-encarados, que passavam a noite bebendo e cheirando e ameaçando os moradores da rua. Quebraram inclusive as poucas luzes da rua, no trecho do monumento, para ninguém atrapalhar. Informa que de noite, nesse canto, só dá gente que puxa e bebe, ninguém pode chegar perto que é ameaçado. Perguntei, porque eles fazem isso? Ela levantou os ombros, olhou pra mim e respondeu: deve ser prá eles ficarem em paz, fazendo os seus negócios.

Esse foi um dos motivos do mutirão da população, segunda ela, para a retirada da cerca de alumínio, e tomada do local. “A gente arrancou, mas não levou não senhor. As coisas ainda estão aí. Olha naquela murada, tá a porta, eles arrancaram e deixaram lá no chão, eu mesma peguei e pus em cima do muro”.

Ao comentar sobre esses mal-encarados, ela apontou para o conjunto PA e disse que os moradores dali não podiam atravessar o rio para o Varjão/Rangel, pois corria o risco de morte, o mesmo acontecendo com os do Varjão/Rangel, que não podiam atravessar o rio para o PA. Então apontou para um conjunto habitacional do outro lado do rio, que fica já no bairro Jaguaribe. E disse, lá é o

Conjunto Paulo Afonso, o PA. Os homens do Rangel que aparecer por lá é tudo morto. Perguntei, por quê? Ela levantou os ombros duas vezes e depois respondeu: “os de lá e os de cá são brigados, ficam numa rixa danada, se um pega o outro no seu canto, pei, matam”.

A rixa entre os grupos rivais era de morte, e atingia todos os moradores que se atrevessem a ignorar as regras de não convivência imposta. Segundo essa informante, aquele que entra no PA e é reconhecido como sendo do Varjão, não tem a vida poupada dos ressentimentos e intrigas que animam a subjetividade dos moradores do PA, e vice-versa.

Outra informante também fala da relação tensa entre o pessoal do PA e o do Varjão. Essa informante era uma jovem de 26 anos, moradora do final da Rua São Judas Tadeu, junto à barreira próxima ao rio Jaguaribe. Quando a abordei ela se encontrava na frente da casa dela, recolhendo as roupas em um varal improvisado no meio da rua, que a cruzava de um lado a outro: as roupas eram constituídas de uns doze minishorts jeans e uma ou duas blusas. Ao passar por ela, o pesquisador a cumprimentou outra vez, e perguntou se o conjunto residencial do outro lado do rio, no bairro de Jaguaribe era o Paulo Afonso. Ela respondeu que sim. Há quanto tempo ele tinha sido entregue e estava sendo habitado, o pesquisador perguntou, e ela respondeu que há mais ou menos dois anos.

Ela informou que tinha alguns antigos moradores do Varjão/Rangel que agora moravam lá, “e que tinha sido uma briga feia entre os que conseguiram a moradia no PA e os que não conseguiram. Teve até jura de morte entre eles”.

Perguntou-se, como assim? Ela me respondeu que parece que havia um cadastramento dos moradores de área de risco (os que moravam perto da barreira) pela prefeitura e esse cadastramento não foi cumprido, houve influências de políticos e os moradores escolhidos não obedeceram aos critérios instituídos para distribuição das casas, a maioria deles obedecendo a critérios outros que não os técnicos e o da ordem de inscrição.

Dessa forma, o conflito rolou. E os moradores do lado do Rangel e os do conjunto PA não se falam, e quem for pego indo para o outro lado, ou você versa, é morto.

Diz que isso foi só no começo, depois, a coisa engrossou... Engrossou tanto que não posso nem falar, o senhor entende né? (Ela estava se referindo ao tráfico, em grupos rivais assentados no PA e no Varjão/Rangel).

Esta rivalidade, mista de ressentimento, também foi acompanhada por mim quando tomando uma cerveja no início da noite em um bar de esquina na parte comercial do bairro do Varjão, pude observar e ouvir a conversa entre dois homens e uma mulher. O tom era jocoso, se tentava discutir processos de civilidade entre dois grupos de iguais e destratar jocosamente. O outro em comparação com o primeiro. O assunto era as relações sociais entre os moradores do PA.

Os homens, possíveis conhecidos da mulher com quem compartilhavam a cerveja, falavam sobre os moradores e principalmente das mulheres moradoras do PA: as relatavam como sem educação, comparando com as mulheres residentes no Varjão, donas de casa, trabalhadoras, cuidavam bem de suas crianças. Assim, faziam um contraponto entre o grau de educação doméstica entre os dois grupos, ao falar das famílias e do trato dos filhos nos dois espaços: Varjão/Rangel e PA. Que as mulheres de lá são isso e aquilo, e que as crianças vivem pelas ruas sem cuidado, etc., diferente, segundo eles, do que acontecia no Varjão/Rangel.

A jocosidade presente nas brincadeiras na roda de cerveja, deste modo, se, de um lado, tentava desmerecer os moradores do PA, de outro lado, buscavam amenizar as diferenças presentes e transforma-las em piada, criando, uma situação de constrangimento, mas, ao mesmo tempo o acobertando pelo tom jocoso usado, e tentando evitar e negar o conflito na situação então vivenciada. Ao que parece a mulher do grupo tinha um relacionamento com alguém do PA, e os homens perguntavam o porquê do relacionamento e que ela ia terminar por residir no PA e se tornar mais 'maluca' do que já era. Aí ela ia depois querer insistir em vir para o Varjão e não poderia mais. Que ela tomasse cuidado! (E riam às gargalhadas).

A cena se tornava aos olhos do observador um convite, a todo o momento, para a humilhação e a vergonha cotidiana. A mulher reagia, mesmo que rindo, com constrangimento a jocosidade, tentando de certa maneira salvar a face e manipular a situação

em seu favor. Afirmava em uma espécie de bravata estudada que ia e vinha para onde bem quisesse, e não queria ser maltratada por ninguém do bairro, e menos ainda por seus conhecidos.

Como a piada e a brincadeira jocosa continuassem, e como uma forma de reação à bravata da mulher, a cena ficou mais forte. Ela aumentou o tom da voz, se levantou da cadeira, de forma brusca e afirmou que não admitia ser maltratada e que ela não era estúpida!

Houve certo constrangimento e impasse entre os três e, logo após, um dos homens mandou a mulher se sentar, que era tudo brincadeira e assentiram em gargalhadas que eram todos da mesma laia, não sem ressentimentos no olhar dos três. Antes de retornarem a conversa qualquer, um deles fez questão de jocosamente insistir, tudo bem, mas tenha cuidado com a vida, mulher! Ao passo, que ela assentiu e rindo respondeu, vocês também, se cuidem e cuidado, onde falam essas coisas! E os três caíram na gargalhada!

Está cena leva a pergunta de até quando a jocosidade pode ser usada, como uma forma relativamente pacífica de relacionamentos e de brincadeiras que envolvam situações onde o embaraço do outro relacional seja possível sem que haja a quebra da linha necessária à manutenção da relação em uma situação qualquer. No caso, as relações entre dois grupos rivais e de disputa acirrada como os moradores do PA e os do Varjão.

Como se viu na cena, a jocosidade sempre vive na fronteira, nos limites da contenção, como brincadeira entre parceiros, e da ruptura, emitindo sinalizações de a qualquer momento originar uma situação onde agressões e violências físicas podem acontecer, ou pelo menos, um rompimento das relações entre os companheiros, no caso, de cerveja. A cena mostra a humilhação, a vergonha e o ressentimento sempre rondando nas relações que envolvam os lados em dissenso. Mostram, também, o esgarçamento das relações sociais entre iguais que aparecem e se tornam frágeis em qualquer situação vivida.

A jocosidade parece demonstrar que nos laços fragilizados do dissenso, o tom das conversas e brincadeiras oferece sempre o perigo de um rompimento, e de uma agressão que sai do seu nível simbólico para adentrar na violência física, e põe em

relevo o ressentimento como parte integrante da composição moral dos ajuntamentos que não conseguiram resolver seus sentimentos de injustiça e de traição em relação ao outro relacional. O que se torna mais evidente em relações intensamente pessoalizadas, como as experimentadas no Varjão/Rangel.

7 Notas finais

Este artigo é um relato etnográfico de uma situação de dissenso entre iguais, moradores de assentamentos precários situados na grande várzea do Rio Jaguaribe, na fronteira entre três bairros: o do Jaguaribe, o Varjão/Rangel e o do Cristo Redentor. Dissenso ocasionado pela forma de distribuição das moradias de um conjunto residencial, o Residencial Monte Cassino, conhecido na região moral de que trata esse artigo como PA III.

Esse conjunto residencial foi fruto de lutas, organizada pelos comunitários do assentamento precário conhecido como Comunidade Paulo Afonso III no bairro do Jaguaribe e que se jogava pelas duas margens do Rio Jaguaribe, atingindo uma população de área de risco, moradores da encosta do lado do bairro do Varjão/Rangel. De acordo com os relatos, os demais comunitários de Comunidades subnormais do Bairro do Varjão/Rangel e os do lado do bairro de Cristo Redentor se engajaram na luta pela moradia orquestrada pelo PA III, com esperança de conseguirem espaços mais dignos para moradia, sem serem deslocados para outras áreas fora do seu lugar de pertença.

A entrega de um único conjunto e o ruído de que houve manipulação política para a entrega das moradias, gerou um dissenso entre os comunitários, gerando ondas de inimizade e códigos de exclusão de ambos os lados, chegando até a proibição de tráfego de comunitários moradores de um lado, para o outro, e vive-versa.

Dissenso este oriundo de sentimentos de traição, ressentimento, revolta, alimentado por fofoca e manipulação de informações que levavam o outro relacional em dissenso a um olhar de descrédito e de diminuição social. E também acompanhados de baixa estima, processos de humilhação e de vergonha cotidiana.

Referências

- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 67, p. 135-146, 2008.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, N. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- GOFFMAN, E. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOFFMAN, E. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. **Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 70-97.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KOURY, M. G. P. Viver a cidade: um estudo sobre pertença e medos. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 4, n. 11, p. 148-156, 2005.
- KOURY, M. G. P.; ZAMBONI, M.; BRITO, S. Como se articulam vergonha e quebra de confiança na justificação da ação moral. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, n. 2, p. 251-268, 2013.
- KOURY, M. G. P. Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade. **Etnográfica**, v.18, n.3, p.521-549, 2014.
- LINDNER, E. G. Humiliation and human condition: mapping a minefield. **Human Rights Review**, v. 2 n. 2, p. 46-63, 2001.
- PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- PRADO, R. M. Cidade Pequena: paraíso e inferno da pessoalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 4, p. 31-56, 1998.
- SCHEFF, T. **Emotions, the social bond and human reality: Part/whole analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SCHEFF, T. Shame and conformity: The Deference-Emotion System. **American Sociological Review**, v. 15, n. 3, p. 395-406, 1998.

SIMMEL, G. A tríade. In. COELHO, M. C. **Estudos sobre interação**: textos escolhidos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 45-74.

SIMMEL, G. O indivíduo e a díade. In. CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Homem e Sociedade**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970, pp. 128 a 135.

VALE, K. G; GARCIA, M. F. A dinâmica geográfica da luta pela moradia em João Pessoa no último decênio (1998-2008): dez anos de transformações (ou) mudanças e permanências. In. COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. **Anais eletrônicos...** Barcelona, ES, 2008. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/xcol/276.htm>

ⁱA UN-Habitat, agência das Nações Unidas, define assentamento precário como caracterizados por péssimas condições de habitação, infraestrutura e serviços básicos. São áreas marcadas simultaneamente por carências urbanas e pelo vigor de sua vida social, marcada por intensa pessoalidade. São áreas normalmente ignoradas e não reconhecidas pelo poder público como pertencentes à urbe, ao não ser como áreas problema, e de moradores potencialmente perigosos para a cidade e os seus cidadãos.

ⁱⁱO termo *arrasta* utilizado pelo entrevistado tem o significado de uma *rasteira*, de se ter sido *passado a perna* por outro qualquer relacional.

ⁱⁱⁱAntes, porém, se torna conveniente comentar que essa construção, sem placa indicativa do que seria se encontrava na Rua Oswaldo Lemos, no local exato de onde aconteceu uma chacina, conhecida como a Chacina do Rangel, que amedrontou e envergonhou toda a cidade de João Pessoa e o bairro. Sobre a Chacina ver Koury, Zamboni e Brito (2013).